

Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo

Ultra-neoliberal offensive in crisis-ridden capitalism in Brazil and worldwide

Elaine Rossetti Behring*

Resumo: O capitalismo em crise e decadência desencadeou uma reação burguesa monumental a partir do fim dos anos 70 do século XX na forma da reestruturação produtiva, da mundialização financeira do capital e das contrarreformas neoliberais dos Estados nacionais. A ofensiva capitalista se deu pela intensificação da exploração da força de trabalho, acompanhada das expropriações, mas também pela punção de valor por meio do endividamento público e privado. Outras faces do mesmo processo foram a intensificação da crise climática e ambiental, e a eclosão de uma crise sanitária sem precedentes e da guerra. O metabolismo destrutivo do capitalismo em crise tem mostrado suas facetas mais perversas e no Brasil se expressa pelo ascenso do ultraneoliberalismo e do neofascismo dos últimos anos. O presente artigo analisa esses processos a partir de uma perspectiva de totalidade.

Palavras-chaves: Crise do capitalismo; Trabalho; Dívida pública; Crise ambiental; Ultraneoliberalismo.

Abstract: Capitalism in crisis and decay triggered a monumental bourgeois reaction from the late 1970s onwards in the form of productive restructuring, the financial globalization of capital and the neoliberal counter-reforms of national states. The capitalist offensive was due to the intensification of the exploitation of the workforce, accompanied by expropriations, but also by the puncture of value through public and private indebtedness. Other faces of the same process were the intensification of the climate and environmental crisis, and the outbreak of unprecedented health crises and war. The destructive metabolism of capitalism on crisis has shown its most perverse facets and in Brazil it is expressed by the rise of ultraneoliberalism and neofascism in recent years. This article analyzes these processes from a perspective of totality.

Keywords: Crisis of capitalism; Work; Public debt; Environmental crisis; Ultra-Neoliberalism.

Recebido em: 05/03/2023
Aprovado em: 07/06/2023



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Assistente Social com mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Introdução

“O sono da razão produz monstros”
Goya

O presente artigo é resultado, com revisões, de minha participação no VII Seminário Internacional Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais, promovido pela Faculdade de Serviço Social da UFJF, pela qual tenho tanto carinho e onde já estive muitas vezes presencialmente e, na ocasião, *on line*. Assim, abro este texto agradecendo pela oportunidade da contribuição ao Seminário e agora pela publicação, em nome das professoras Carina Moljo e Cláudia Mônica dos Santos, extensivo a todas as pessoas envolvidas na construção desse projeto. Foi uma também uma oportunidade de compartilhar ideias com o professor Michael Löwy, que teve um papel importantíssimo na minha trajetória, não só do ponto de vista acadêmico, mas sobretudo do ponto de vista do seu papel de na esquerda mundial. Ele fez parte da minha formação acadêmica e política, de forma que nossas contribuições ao Seminário tiveram muita conexão. Vamos ao tema da ofensiva ultraneoliberal do capital no mundo.

Vejamos alguns elementos e argumentos acerca da ofensiva capitalista no contexto de sua crise estrutural, maturidade e decadência, e em busca desesperada, desenfreada – e destrutiva - pela valorização do valor. Este é um processo que incrementa a exploração da força de trabalho e seu pressuposto, as expropriações contemporâneas, tendo em vista a subsunção do trabalho às atuais condições de produção e reprodução do capital. Tal crise foi desencadeada no início dos anos 70 do século passado, o que Ernest Mandel caracterizou como uma onda longa com tonalidade de estagnação.

A partir dali o capitalismo mundial começa a encontrar com seus limites históricos e materiais. E, desde então, estamos vivendo num ambiente geral de estagnação com alguns momentos de *stop and go*, mas com a marca geral de uma certa estagnação do crescimento econômico. Mandel já sinalizava na sua obra principal – Capitalismo Tardio (1982) - o movimento geral do capital de queda das taxas de lucro. Por seu turno, tem-se uma reação burguesa à queda das taxas de lucro, o que estamos vivendo no conjunto dos países, porém, evidentemente, com as mediações das particularidades nacionais com suas formações histórico-sociais, e inserção na economia mundial. Isso traz marcas diferentes dessa experiência nos marcos nacionais. Está em curso uma crise estrutural do capital no contexto da decadência desse sistema de produção e reprodução social. Esta é contrarrestada por meio da busca destrutiva do capital pela valorização do valor, incrementando a exploração da força de trabalho e seu pressuposto, as expropriações (MARX, [1867] 1982; FONTES, 2010, BOSCHETTI (Org.),

2018).

Para além das formas clássicas de expropriação que permanecem acontecendo, há também formas contemporâneas, a exemplo da desproteção social tendo em vista a disponibilização da força de trabalho para o capital, com o foco na absorção precarizada e com padrões de reprodução rebaixados da força de trabalho, o que se oferta nas atuais condições de produção e reprodução do capital. O neoliberalismo constitui essa reação burguesa à crise do capital, onde a ofensiva sobre a classe trabalhadora será intensa e duradoura. O que venho caracterizando como ultraneoliberalismo tem inteligibilidade na particularidade brasileira recente (BEHRING, 2021). É nesse contexto geral de crise e de reação burguesa à crise, via neoliberalismo, que vão se produzir monstros, conforme a famosa frase de Goya, que acompanha uma das suas gravuras intitulada O Sono da Razão Produz Monstros.

Alguns desses monstros estão nos perseguindo de forma implacável nesse início de Século XXI. Observemos alguns deles. No contexto em que há forças produtivas para alimentar o conjunto da população mundial temos, segundo o Relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (2022), da Organização das Nações Unidas (ONU), que 9,8% da população passa fome no mundo. São cerca de 828 milhões de pessoas, quadro este que foi acirrado pela pandemia de Covid a partir de 2020, e pela guerra na Ucrânia, em 2022. Cerca de 2,3 bilhões de pessoas convivem diuturnamente com a insegurança alimentar no planeta. Em função da inflação global dos alimentos, 3,1 bilhões de pessoas no mundo não têm condições de pagar uma dieta alimentar saudável. Portanto, entram nesse circuito os transgênicos da produção em massa de alimentos de baixa qualidade. Inclusive é a esse tipo de consumo destrutivo, esse produtivismo destrutivo, a que muitas vezes estão associados os programas de transferência monetária, que se tornaram centrais na política social contemporânea. Quem denuncia isso é um outro intelectual francês importante, e que nos deixou precocemente em 2021, Michel Husson, criticando os programas de transferência monetária que estimulam um consumo de baixa qualidade e produtivista, destrutivo da natureza. Assim, existe uma conexão que precisamos observar inclusive quando defendemos e discutimos os programas de transferência monetária.

Dentro desse contexto da insegurança alimentar há desigualdades de gênero e raça, sob esses dados, e é importante chamar atenção que essas situações atingem mais deletariamente as mulheres, e as populações negras em todas as partes do mundo; e os imigrantes que hoje se deslocam pelo mundo, especialmente em direção à Europa e Estados Unidos, buscando melhores condições de vida. Já em países como o Brasil, marcados pelos seus cerca de 400 anos de escravização, esta é uma marca indelével da nossa formação social. Aqui, este país de

maiorias negras – fazendo a crítica do IBGE – boa parte da classe trabalhadora brasileira é duramente atingida por essas condições, isso tem corte de gênero, tem corte de raça. E todas as estatísticas no Brasil mulheres negras e homens negros estão na ponta dos ataques e dos impactos destrutivos dessa ofensiva burguesa. Contudo, é preciso sublinhar, essa questão da insegurança alimentar atinge duramente a infância comprometendo o devir. Isso é uma espécie de hipoteca do futuro: o neoliberalismo é isso, o verdadeiro Exterminador do Futuro, fazendo alusão ao filme homônimo. No caso das pessoas idosas, esse processo tem uma relação profunda com a desproteção social.

Vejamos de um outro ângulo: a condição do trabalho e dos trabalhadores neste capitalismo que foi caracterizado como tóxico por Michael Husson. Ricardo Antunes, em seu *Capitalismo Pandêmico* (2022), aponta para uma nova onda de devastação do mundo do **trabalho** – o que ademais vem denunciando no conjunto de sua pesquisa e obras recentes. Sob o jugo de um *sistema de metabolismo antissocial do capital*, tendo em vista uma oferta da força de trabalho em quaisquer condições e a qualquer custo para a extração de mais valia, estão em curso processos destrutivos. No limite, estes resultam na fome já referida, que guarda relação íntima com o pauperismo. Aqui operam as tendências de: rebaixamento generalizado do peso dos salários sobre o PIB, diga-se, do fundo de reprodução da força de trabalho, o que tende a ser maior nos países de capitalismo dependente, marcados pela superexploração da força de trabalho para compensar os termos de troca no mercado mundial, como nos ensina Marini (1973); uma ofensiva tecnológica (a revolução 4.0), que além de ampliar a expulsão de trabalho vivo na produção, e corroborar para as taxas de desemprego, empurra a força de trabalho para o monumental exército de reserva que vem se formando, e também para a uberização e precarização do trabalho. Para Antunes, terceirização, flexibilidade e informalidade passaram a fazer parte do léxico permanente das corporações. E, junto a essas tendências, há a destruição dos direitos do trabalho, com agressivas contrarreformas trabalhistas e de direitos sociais, configurando o que Fontes (2010) caracteriza como expropriações secundárias. São criaturas do capitalismo em crise e decadência, que existem para “aviltar, desvertebrar, desorganizar, isolar, fragmentar e fraturar” a classe que vive do trabalho, na análise de Antunes. Encontrar emprego e trabalho em condições dignas nesse contexto se tornou uma espécie de privilégio dos indivíduos que tem mérito – segundo a apologética neoliberal – e impulso empreendedor no darwinismo social que se instaura, no mundo do *horror econômico* que já denunciava há algum tempo a crítica visceral de Viviane Forrester, em livro homônimo.

O fato é que, nas formas brutais do capitalismo contemporâneo em crise e decadência, que combina a queda tendencial da taxa de lucros com o aumento imediato da massa de lucros

– uma convivência que pode acontecer, como nos explica Marx no Livro III de O Capital –, uma das primeiras “causas contrariantes” à queda tendencial da taxa de lucros desencadeadas pelo capital e elencadas por Marx é a elevação da exploração da força de trabalho, e a compressão dos salários abaixo do valor, seja pela redução do valor de componentes da cesta básica de reprodução, seja pela imposição de derrotas sindicais e políticas à classe trabalhadora. Para Marx, as reações do capitalismo às suas tendências de conflito entre “agentes antagônicos” instauram as crises como “soluções violentas das contradições existentes”; no entanto, ao buscar superar suas barreiras imanes, são mobilizados meios que as recolocam em escala mais ampliada. Esse processo não é automático, pois que para Marx o capital é, sobretudo, uma relação social. Portanto, estamos falando de um processo histórico e social, cujos desdobramentos e perenidade ou não, estão nas mãos de homens e mulheres que podem fazer e fazem a sua história, ainda que não nas condições escolhidas. Nesse sentido, esses processos precisam ser analisados numa perspectiva de totalidade, que articula estrutura e sujeitos, determinações materiais e história, para assim encontrarmos as mediações e contradições a serem dinamizadas por um projeto emancipador e de superação desta ordem decadente, partido da ideia marxiana de que o capital é uma relação social, e nesse sentido, não é perene *ad infinitum*. Quem pereniza este mundo bárbaro é um Francis Fukuyama, que decretou o “fim da história”; ou Margaret Thatcher, que vaticinou que não existe sociedade, mas apenas indivíduos. Cabe à esta geração no presente encontrar caminhos de superação da barbárie do capital.

Uma outra face do mesmo processo é a mundialização do capital, com deslocalizações de empresas, ondas de privatizações, e busca de nichos de valorização, constituindo mudanças na geopolítica mundial e reatualizando o imperialismo e o subimperialismo, categorias fundamentais para pensar a economia mundial hoje. Abre-se um tempo de disputa acirrada de hegemonia, bastando observar a escalada das tensões entre a China e os Estados Unidos. É a operação da outra causa contrariante à queda das taxas de lucro em operação: a saída para o exterior e que forja novas relações hierárquicas e de dependência na economia mundial. Dentro desse movimento temos mudanças importantes nos padrões de reprodução do capital nos vários países, bem como contrarreformas do Estado tendo em vista facilitar o fluxo de capitais e a exploração dos trabalhadores. Tratei deste tema especialmente no meu trabalho sobre o governo Fernando Henrique Cardoso (BEHRING, 2003). Na verdade, ali se inaugurava um longo período contrarreformista no Brasil, de ajuste fiscal permanente. Naquele momento teremos os marcos inaugurais desse processo “austericida” que vai orientar o Brasil por décadas mesmo com governos de tonalidades distintas gestões também levemente diferentes do ajuste. Em 2021, atualizei esse debate da contrarreforma do Estado, tendo em vista facilitar o fluxo de

capitais e constituir os mecanismos de exploração da força de trabalho (BEHRING, 2021).

Num contexto de crise combinada de superprodução e superacumulação, com gigantesca concentração de riqueza na forma líquida/monetária, a busca por nichos de valorização e de punção de valor, em tempos de curto-circuito nas metamorfoses do capital, é frenética. Neste passo, é que se colocam duas das questões mais candentes do nosso tempo: a **questão ambiental e a da dívida pública**. Sobre a primeira, a busca de petróleo, água, lítio, nióbio etc., bem como a produção de alimentos à base de agrotóxicos e pastos em grandes extensões de terras – o que no Brasil tem centralidade – é fortemente destrutiva do futuro. Há nexos importantes já apontados pela ciência entre a **crise sanitária** de Covid 19, iniciada em 2020 e da qual mal saímos, e a destruição ambiental, o que por sua vez acirra a crise climática, abrindo espaços para a proliferação dos vírus, pelo que muitos cientistas apontam para a possibilidade de novas pandemias e epidemias letais nos anos vindouros. A ciência mostrou uma capacidade de resposta bastante grande e rápida, mas ainda assim nós tivemos cerca de 5 milhões de mortos dos quais mais de 700 mil são brasileiros(as), números subnotificados, como indicam várias pesquisas e assume a OMS.

A outra questão candente é a regência do processo como um todo pelo capital portador de juros, cujas instituições reúnem enormes massas monetárias, buscando nichos de valorização ou de punção de valor, neste caso, pela esfera financeira – a dos “papeizinhos” da “moderna bancocracia”, tal como ironizava Marx. Nessa esfera, destacam-se as dívidas públicas titularizadas, que vem se constituindo num mecanismo de forte chantagem sobre os países e seus Estados nacionais, obrigados na hierarquia da economia mundo e com aquiescências internas, a realizarem ajustes fiscais draconianos, tendo em vista pagar regularmente juros encargos e amortizações de dívidas todos os anos, pelo que arcam com um custo social altíssimo. Evidentemente, isso ocorre de forma mediada pela hierarquia da economia mundo, pois que não acontece da mesma forma na França, por exemplo, e no Brasil, este último obrigado a realizar ajustes fiscais draconianos tendo em vista pagar regularmente juros, encargos e amortizações da dívida pública todos os anos, com um custo social e ambiental gravíssimo (BEHRING, 2013).

Os mecanismos de punção de valor pelo endividamento público são parte fundamental da tragédia contemporânea, e se articulam com a ofensiva sobre os trabalhadores, já que pela via tributária, vem crescendo os mecanismos de tributação indireta que incidem sobre suas rendas, cumprindo um papel regressivo, bem como vem se impondo gasto financeiro sobre o gasto social, com o ataque aos direitos sociais já apontado antes. Se observamos a crise de 2008/2009 e seu efeito contágio mundial, ela inicia exatamente pelas cadeias de endividamento

privado em curto-circuito, em função de empréstimos de risco, as *subprimes*. Donde a regência pela finança do processo no seu conjunto coloca um ambiente de instabilidade permanente, e quando as bolhas explodem, o fundo público do Estado capitalista aparece em operação de salvamento, socializando os custos da crise. Tal como também no contexto pandêmico, que gerou um ambiente de crise com a interrupção da rotação do capital, pela situação de confinamento dessincronizado (HUSSON, 2020).

A barbárie capitalista se impõe também pela via tributária pois os trabalhadores vêm pagando mais impostos por mecanismos de crescimento da tributação regressiva indireta, que incide sobre a renda do trabalho. E, ainda, essa lógica impõe o gasto financeiro sobre o gasto social, ou seja, se conjuga com o ataque aos direitos sociais já apontado. Então as seguidas contrarreformas da Previdência, o desfinanciamento da educação e o corte recente de gastos da farmácia popular, no governo Bolsonaro, tudo isso se articula com um ambiente que é forjado.

O fundo público se torna cada vez mais uma espécie de pressuposto geral da lógica financeira da expansão do crédito, nesse capitalismo que se ergue sobre um mar de dívidas – públicas e privadas –, para o que precisa estar a postos e sob a vigilância das agências de notação de risco, que indicam aos países o quanto de ajuste fiscal eles precisam fazer para manter a remuneração dos credores. Então, o neoliberalismo é uma espécie de corolário de tudo isso, como programa econômico e ideologia. O neoliberalismo tem sido uma reação burguesa a partir de fins dos anos 70, à viragem para um ciclo longo com tonalidade de estagnação que remonta ao final dos anos 60 e início dos 70. Os governos de Thatcher, Reagan e Kohl, dentre outros, buscavam naquele momento quebrar o poder dos sindicatos do período fordista keynesiano, exatamente para desencadear essa imensa ofensiva sobre a força de trabalho, tendo em vista alavancar as taxas de lucro, além de desbloquear o fluxo de capitais e colocar o Estado – forte e blindado (nunca mínimo, apesar da verbosidade) (DEMIER, 2017), “desdemocratizado” (BROWN, 2021) – à serviço da adaptação e atratividade aos novos tempos, a partir das contrarreformas. Sobre esse último aspecto, Mandel já nos chamava atenção, desde 1972, para a tendência de limitação das liberdades democráticas no capitalismo maduro, em crise e decadência, já este requisitaria um Estado forte para a garantia das condições gerais de produção e reprodução social, a coerção dos dissensos e as tarefas de integração social. Apontava para a tecnocratização das decisões substantivas e sua retirada da esfera da política, destacadamente da grande política, e sua remissão à esfera da pequena política.

No que diz respeito ao trato das cada vez mais candentes expressões da questão social, tem-se que a gestão do imenso exército de reserva passou a ocorrer pelo incremento de um complexo assistencial-carcerário, o que tem corte de gênero e raça ao redor do mundo, como

nos mostra Löïc Wacquant (2002). O campo da política social – e consequentemente do serviço social – vem sendo duramente atingido, seja pela transformação de políticas e direitos sociais em mercadorias e fontes de punção de recursos, a exemplo da saúde, educação e previdência social; seja pelo trato da pauperização de amplos segmentos por meios assistencialistas e exclusivamente voltados a um consumo de massas de baixa qualidade, como assinei linhas acima, que nada tem a ver com um amplo e consistente sistema de proteção social ou de seguridade social. Dentro disso, observamos também a precarização do trabalho de assistentes sociais, por meio do rebaixamento do valor da sua força de trabalho e erosão das condições de trabalho, já que o fundo público passa a ser intensamente disputado, subfinanciando ou desfinanciando as políticas sociais.

Cabe falar ainda de um antigo “cavaleiro do apocalipse”: a **guerra**. Uma saída clássica para as crises do capitalismo foi historicamente a destruição de forças produtivas por meio das guerras, a exemplo das duas guerras mundiais que vivemos e inúmeras guerras localizadas desde então, justificadas como guerra ao terror ou em defesa do mito “democracia ocidental”, mas sempre se constituindo num desaguadouro de mercadorias – armas – antes em alqueive e justificando novos aportes de fundo público. No entanto, tal saída belicista – que se anuncia nas ameaças nucleares em torno da invasão da Ucrânia e adesões à OTAN de países fronteiriços à Rússia, bem como na elevação do tom a respeito de Taiwan entre EUA e China – dado o potencial destrutivo nuclear acumulado, poderia ter consequências catastróficas para a humanidade e o meio ambiente. Para além do preço dos alimentos e das barganhas em torno da questão energética, o já longo “sono da razão” pode anunciar esse monstro maior.

Postas essas dimensões da ofensiva capitalista contemporânea, na qual o neoliberalismo – essa nova “desrazão” do mundo, parafraseando Dardot e Laval (2016) – é uma espécie de corolário, falemos um pouco do Brasil.

Tenho utilizado a caracterização de **ultraneoliberalismo** para falar de nossa dinâmica **interna** mais recente, pós-golpe de 2016. Ela é inteiramente coadunada ao ambiente mundial do neoliberalismo (ou ultraliberalismo como apontam alguns autores), mas mediada pelas nossas particularidades. O neoliberalismo aporta no Brasil de forma definitiva após a aprovação da Constituição de 1988, bombardeada e retalhada desde então. Após o *outsider* Collor tomar as primeiras medidas neoliberais e ser afastado por impeachment da Presidência da República, tivemos o Plano Real (1994) e o PDRE/MARE de 1995, verdadeiros marcos da ofensiva neoliberal e monetarista no Brasil, e da contrarreforma do Estado. A estabilidade monetária a qualquer custo, especialmente após o acordo com o FMI de 1999, impôs uma série de constrangimentos ao gasto público primário, em detrimento dos gastos financeiros ao longo dos

anos da redemocratização, dos quais destaco o superávit primário, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Desvinculação de Receitas da União como principais mecanismos de ajuste fiscal e que impediram um *boom* de investimentos nas políticas sociais, o que corresponderia ao espírito constitucional. Além disso, nos governos de FHC, 49 bilhões de dólares em ativos passaram do poder público para a esfera privada. Lembro ainda do trato truculento da greve dos petroleiros em 1995, e da contrarreforma da previdência (regime geral) como partes constitutivas do ataque aos que vivem do trabalho. A partir de 2003, os governos de coalizão de classes do PT realizaram alguns deslocamentos importantes (política de recuperação do salário-mínimo, por exemplo), mas mantendo a lógica geral do ajuste e da estabilidade monetária a constranger os investimentos e o financiamento das políticas sociais. Tanto que as poucas conquistas do período foram desmontadas, quando o grande capital (nacional e estrangeiro) e segmentos da “pequena política” brasileira, com o apoio da mídia e de setores do judiciário dão um golpe de novo tipo, em 2016. Esses segmentos, mesmo beneficiados por inúmeras políticas nos treze anos de governos petistas, não enxergavam no governo Dilma Rousseff a capacidade de conduzir suas demandas no ritmo e intensidade desejados, dentre elas: a intensificação da exploração da força de trabalho; a exploração capitalista dos recursos naturais brasileiros, a exemplo do pré-sal, aquíferos e mineração (com o foco na Amazônia); um ajuste fiscal ainda mais profundo para que o fundo público possa funcionar como pressuposto geral da reprodução do capital, donde decorreu a abrangente contrarreforma da previdência em 2019, em mais um profundo ataque aos direitos dos trabalhadores. Com o golpe de 2016 se instaura o que chamamos de ultraneoliberalismo: o Novo Regime Fiscal – EC 95 e 93 (2016); a contrarreforma trabalhista de 2017; a entrega do pré-sal; a contrarreforma da previdência.

É no contexto golpista e de seus desdobramentos, que o Brasil aporta às desastrosas cifras mundiais, números internos macabros e desproporcionais, em relação a países da América Latina e do mundo. Isto porque tivemos desde 2016 uma combinação de golpe de Estado de novo tipo, crise burguesa orgânica, programa ultraneoliberal de ajuste fiscal e neofascismo no poder (MATTOS, 2020), este último desde 2019. Desde então o Brasil tem sido a cena de um processo de devastação das pessoas e do meio ambiente sem precedentes.

Observemos alguns dados factuais. Mais de 702 mil mortos na pandemia, sendo que parte destas mortes poderia ter sido evitada não fosse negacionismo (e sua truculência e descaso) no trato da pandemia no Brasil; e os aportes pífios de recursos no campo da saúde e em ciência e tecnologia, porque o que o governo Bolsonaro fez foi aumentar de forma insignificante o orçamento da Saúde, o que foi absolutamente insuficiente frente a demanda. Tivemos até junho de 2023, mais de 37,6 milhões de casos.

Sobre a fome no Brasil, nós temos 33,1 milhão milhões de brasileiros que não tem o que comer segundo a Oxfam, e 58,75 milhões de pessoas convivem com situações de insegurança segurança alimentar de alguma forma.

Sobre a força de trabalho, com a diminuição dos impactos da pandemia houve um certo recuo da desocupação no Brasil, que encontrava na faixa de 9,3% da População Economicamente Ativa em fim de 2022, o que significa um número em torno de 10,00 milhões de desempregados. No entanto, é preciso registrar que essa queda correspondeu a um aumento da informalidade – 35,8 milhões de trabalhadores estavam na condição de informalidade dentre as 98 milhões de pessoas inseridas no mundo do trabalho, e o rendimento dos trabalhadores caiu 5,1% enquanto a inflação destacadamente dos alimentos esteve acima de dois dígitos. Ou seja, esses elementos correspondem aos dados sobre a fome levantados pela Oxfam. Se havia em 2022 no Brasil 98,3 milhões de pessoas ocupadas comportando esse grau de informalidade, há temos um outro indicador que o IBGE calcula, a subutilização da força de trabalho, e que inclui os desocupados (10 milhões): são 24,7 milhões de pessoas subutilizadas. Há ainda os que estão em situação de desalento – 4,3 milhões de pessoas. Estes são números da PNAD/IBGE, do segundo trimestre de 2022, que apontavam uma taxa de informalidade de 40% da população ocupada. O número de “empregados” sem carteira assinada, ou seja, desprotegidos, foi o maior da série histórica no último período: 13 milhões de trabalhadores. Então vejam, a retomada pós-pandemia acontece. Porém, numa dinâmica de informalização, diminuição de salários e não alterando significativamente a situação de desalento.

O Brasil, em 2022, com essa sociabilidade dilacerada – e aqui não apontamos elementos sobre a violência endêmica –, foi palco de uma das mais importantes disputas de projetos societários no nível mundial, o que permanece em 2023, apesar da derrota eleitoral da extrema-direita nas eleições presidenciais. Michael Löwy fez referência aos rios voadores da floresta amazônica e recomendo enfaticamente a exposição de Sebastião Salgado sobre a Amazônia, porque vão encontrar nela não só as explicações sobre o papel da floresta e a necessidade estratégica de defendê-la para o Brasil e a humanidade, mas também as resistências dos povos indígenas. Precisamos urgentemente colocar um freio na devastação. Tivemos uma oportunidade eleitoral para a defesa da ciência com aporte de recursos, a defesa da Amazônia, da Mata Atlântica, o combate substantivo à fome. Enfim, para derrotar projeto destrutivo ultraneoliberal e neofascista que esteve em curso no Brasil. Uma oportunidade para sair da condição de ajuste fiscal permanente, superando o teto de gastos, revertendo a contrarreforma trabalhista, e implementando uma série de medidas para recompor as políticas sociais, proteger a população brasileira, e alterar os padrões de produção e de consumo nesse país que tem uma

potência gigante. Uma oportunidade de ser a cena de uma experiência inovadora que contamine e contagie nossa América Latina e o mundo. Mas nossa tarefa não é só eleitoral, e os primeiros meses do terceiro governo de Lula, quando escrevo essas linhas, são fartos em demonstrar as dificuldades de aproveitar esse deslocamento do terreno da luta de classes no Brasil. Precisamos construir os nossos *afrobankers*, lembrando aqui do filme *Medida Provisória* (Direção de Lázaro Ramos, 2022), com uma agenda de lutas anticapitalista, ecossocialista, antirracista, e antimachista para impor ao neofascismo uma derrota sem retornos. Além disso, há uma série de liberdades democráticas precisamos defender, mas uma agenda dos trabalhadores precisa reunir e contemplar esse conjunto de elementos, já que eles estão totalmente interligados na ofensiva do capital. Precisamos, mais do que nunca, de uma contraofensiva das forças do trabalho, uma recomposição da classe trabalhadora como sujeito político. E se a potencialidade dessa recomposição está no movimento de mulheres, que sejamos nós, mulheres, as protagonistas. Se a potencialidade da recomposição da classe trabalhadora está no movimento indígena, sejamos todos Yanomamis, Guaranis Kaiwuás, Pataxós, etc! Se a potencialidade está na luta antirracista do povo preto contra violência policial e a invasão nas comunidades habitadas majoritariamente pela população afrodescendente, vamos construir os afrobunkers, porque fomos e continuamos a ser atacados, como diz o filme *Bacurau* (Direção de Kleber Mendonça e Juliano Dornelles, 2019). Uma contraofensiva passa necessariamente por processo miúdo de organização e de educação popular, sem o que será difícil reverter a imensa corrosão e destruição que se instaurou no país e que, como vimos, tem conexões internacionais, num capitalismo em crise e decadência.

A consciência de classe não brota do além: é processo, é construção histórica, é disputa de hegemonia, como nos ensinava Gramsci. E isso se constrói nas lutas. É por isso que a experiência é importante. Não apenas as experiências alternativas que estão em curso, por exemplo, a produção de arroz e feijão pelo MST, mas experiências de luta: a luta ensina, a luta educa. Se não tem luta, não tem experiência, não tem processo educativo, não tem salto de consciência. É por isso que as direções do campo da esquerda têm que abandonar ou deixar de dar exclusividade a esse eleitoralismo parlamentar. Trata-se de repensar as suas estratégias no sentido da construção das lutas, da coletivização de pautas que realizem a mediação com as necessidades da vida real de milhões e milhões de pessoas.

Construir um o campo crítico ao capitalismo em crise e decadência – anticapitalista –, é bom que se diga, vai para além da tradição marxista, embora nela se encontrem seus fundamentos mais profundos. Há hoje um antineoliberalismo neofoucaultiano crítico, há um pensamento decolonial na América Latina – não aqueles que dizem que o marxismo é mera

branquitude eurocêntrica –, mas segmentos que tem uma preocupação fundamental de traduzir a dinâmica do capital na particularidade da América Latina e construir as lutas sociais, reconhecendo os saberes e a experiência dos povos indígenas. Uma preocupação expressada por Mariátegui e outros marxistas latino-americanos que buscaram esse caminho e fizeram a advertência para essa necessidade. Mas é certo que o anticapitalismo não se reduz à tradição marxista e a própria luta social envolve uma diversidade de sujeitos e de pautas. Os marxistas revolucionários são parte desse processo e buscam oferecer para as lutas o melhor de si, mas não esgotam as lutas. É fundamental articular um espectro o mais amplo possível para as lutas antissistêmicas. Porém estou convencida de que a crítica mais radical e mais visceral ao mundo do capital é a crítica marxista da economia política e que esta não foi superada por nenhuma dessas outras tradições críticas. Por exemplo, os neofoucaultianos, tão em evidência, não oferecem uma leitura mais profunda do que aquela que Marx nos legou ao discutir a lei do valor. Linhas acima, busquei articular a questão da valorização do valor com a queda tendencial da taxa de lucros e as suas causas contrariantes, o que é um raciocínio dialético em Marx, imprescindível para pensar o capitalismo e a sua dinâmica contemporânea. Enquanto houver capitalismo, essas indicações permanecem válidas, mas isso não nos impede, nem deve nos impedir, de ter uma relação democrática com todos os setores que querem superar esse modo de produção e reprodução social que hoje assume sua face mais destrutiva ao encontrar seus limites históricos. Nesse campo da luta ecológica, por exemplo, há uma diversidade enorme de sujeitos e muitos deles não colocam a crítica ao capital no devido lugar. Quase remetem aos falanstérios proudhonianos. Mas precisamos dialogar, insistir, persistir tê-los ao nosso lado. “Vamos precisar de todo mundo, pra banir do mundo a opressão” (Beto Guedes) e a exploração.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma – Desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOSCHETTI, I. (Org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- COUTINHO, C. N. A Hegemonia da Pequena Política. In: RIZEK, Cibele Saliba, OLIVEIRA, Francisco de, e BRAGA Ruy (Orgs). *Hegemonia às Avessas – Economia, Política e Cultura na Época da Servidão Financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo – Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMIER, F. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

- _____. HOEVELER, Rejane. (Orgs.) *A Onda Conservadora – ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- DRAIBE, Sônia. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo. *In: Revista USP*. São Paulo: EDUSP, nº 17, 1993.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo – Teoria e história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- HUSSON, Michel. O Capitalismo no Fio da Navalha. *Esquerda*, 2020. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/artigo/o-capitalismo-no-fio-da-navalha/68841>>. Acesso em 25 out. 2022.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, K. *O capital*. Livro III, tomos 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, [1895]1982.
- MARX, K. *O capital*. Livro I, tomos 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural [1867]1982
- MATTOS, M. B. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social*. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.
- WACQUANT, L. *Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.